

CORREIO BRAZILIENSE

Planos de saúde terão que divulgar percentual de partos cesáreos e normais

Está aberta uma consulta pública on-line sobre partos capitaneada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujo objetivo é reduzir a quantidade excessiva de cesáreas desnecessárias realizadas na rede particular. Qualquer pessoa interessada — grávidas, profissionais de saúde, mães, pais — pode mandar sugestões. Uma das propostas em análise prevê que os planos sejam obrigados a divulgar quantos nascimentos naturais e cirúrgicos, percentualmente, cada médico e hospital fazem.

Outra ideia é que o obstetra tenha de entregar o partograma, documento que registra a evolução do trabalho de parto, ao plano de saúde para ser pago pelo procedimento. Com isso, será possível ter informações suficientes para verificar se o nascimento por via cirúrgica foi, de fato, necessário. Apesar de contar com o apoio de entidades defensoras do parto natural, a proposta tem potencial de causar desconforto na classe médica e no mercado da saúde suplementar.

O Conselho Federal de Medicina informou que uma comissão, criada para estudar medidas de diminuição das cesáreas no Brasil, vai se debruçar sobre os pontos da consulta pública para depois se pronunciar. Fazem parte do colegiado a própria ANS e a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. A Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge) disse, em nota, que endossa os esforços contra os partos cirúrgicos desnecessários, sem detalhar a posição sobre questões pontuais da consulta pública. A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) foi procurada pelo Correio no início da noite de ontem, mas ninguém atendeu.

O GLOBO

Governo anuncia propostas para incentivar partos normais e reduzir cesarianas

BRASÍLIA – O ministro da Saúde, Arthur Chioro, anunciou na terça-feira propostas para incentivar os partos normais e reduzir o número de cesarianas no país, com foco na rede privada. As medidas constam em duas propostas de resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que serão submetidas a consulta pública, a partir do dia 24.

A agência quer que as clientes de planos de saúde tenham acesso a informações como as taxas de cesarianas por estabelecimento de saúde e por médico, a fim de orientar a escolha do profissional que as atenderá. A proposta da ANS prevê também que os hospitais privados serão obrigados a apresentar um documento detalhando o trabalho de parto, o chamado partograma, que registrará as contrações e condições do feto. A intenção é que exista um documento registrando os motivos da opção pela cesariana. Sem partograma, os estabelecimentos de saúde não poderão receber o pagamento pelo serviço.

Chioro classificou como epidemia o número elevado de cesarianas no Brasil. Na rede privada, o índice de partos cirúrgicos chega a 86,4%, ante 40% do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o ministro, o ideal é que esse percentual fosse de 15%, sendo tolerável até o patamar de 25%.

- A gente vive uma verdadeira epidemia de cesarianas no setor privado. Não somos contra o parto cesariano, que salva vidas (quando há indicação médica). Mas não podemos admitir como normal o que não é normal – disse o ministro.

De acordo com o Ministério da Saúde, as cesarianas triplicam o risco de morte materna e aumentam em 120 vezes a probabilidade de problemas respiratórios para o recém-nascido.

As propostas da ANS não preveem mudança nos valores pagos aos médicos por partos normais nem por cesarianas. Segundo o ministro, as diferenças de valores não são causa determinante do predomínio de partos cirúrgicos. Chioro destacou que é preciso mudar a cultura do país nesse aspecto. O atual texto da resolução da ANS exige o preenchimento e a apresentação do partograma, mas não impede que um estabelecimento de saúde receba o pagamento por cesariana comprovadamente desnecessária.

- Medidas repressivas não funcionam – disse Chioro.

As propostas ficarão abertas a consulta pública de 24 de outubro a 23 de novembro. A expectativa da ANS é que as medidas entrem em vigor em dezembro, podendo incorporar sugestões que sejam apresentadas pela sociedade.

O ministro afirmou que a decisão sobre a realização de parto normal ou cesáreo será tomada pelo médico e a gestante:

- Essa decisão será sempre tomada no âmbito da relação médico-paciente.

O representante no Brasil da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Joaquín Molina, elogiou a iniciativa do governo brasileiro:

- A evidência científica é contundente: quando o parto natural acontece mais, reduz-se a mortalidade materna - disse Molina.

O GLOBO

Ministério da Saúde e ANS iniciam projeto piloto com o objetivo de incentivar parto normal

RIO - O ministro da Saúde, Arthur Chioro, participou nesta sexta-feira da assinatura de cooperação técnica entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Hospital Israelita Albert Einstein e o Institute for Healthcare Improvement (IHI), para implantação de projeto piloto de promoção do parto normal em hospitais privados. Segundo o Ministério, o objetivo é induzir a adoção de boas práticas com foco no atendimento humanizado para diminuir a incidência de cesarianas na rede privada de saúde. O projeto piloto que será implantado no Einstein também prevê outras duas áreas prioritárias: atenção primária e ao idoso.

No último dia 15, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) também colocou em consulta pública duas resoluções para reduzir cesarianas desnecessárias entre consumidoras de planos de saúde no Brasil. O envio das contribuições vai acontecer de 24/10 a 23/11, e o formulário estará disponível exclusivamente no portal da ANS. A expectativa é que as normas entrem em vigor em dezembro deste ano.

Em 2012, 84,60% dos partos realizados por usuárias de planos de saúde no País foram cesarianas, de acordo com a pasta. Já pelo SUS, o índice foi de 40%.

- O cenário ideal é de que 15%, no máximo, sejam de partos cirúrgicos. No Brasil há uma inversão - afirmou o ministro da Saúde, Arthur Chioro, em coletiva de imprensa na terça-feira da semana passada. - Nós vamos precisar também enfrentar a dimensão cultural sobre o medo do parto normal. Estudos comprovam que no início da gestação as mulheres são favoráveis ao parto normal e no decorrer da gestação passam a ter medo.

Segundo a ANS, na cesariana, a probabilidade do bebê nascer prematuro é 120 vezes maior e triplica-se o risco de mortalidade materna.

- Por isso que é importante esperar a hora do bebê nascer, e não tirar o bebê de dentro do útero - afirmou a gerente de atenção à saúde ANS, Karla Coelho.

A primeira resolução é em relação ao direito da informação, em que gestantes ou qualquer outro usuário do sistema de saúde poderão solicitar as taxas de cesárea por estabelecimento de saúde e médico. A outra prevê, ainda, a apresentação do partograma, documento que deverá conter anotações do desenvolvimento do trabalho de parto, das condições maternas e fetais. Além de importante ferramenta de gestão para as operadoras, será parte integrante do processo para pagamento do parto.

As resoluções também incluem a distribuição, por parte das operadoras de planos de saúde, do Cartão da Gestante com a Carta de Informação à Gestante. O Cartão da Gestante registrará as consultas de pré-natal, com orientações e dados de acompanhamento da gestação.